

RENATO MONTANS DE SÁ

Mestre em Direito Processual Civil pela PUCSP. Membro efetivo do Centro de Estudos Avançados de Processo (CEAPRO) e da Associação Brasileira de Direito Processual (ABDpro). Professor de Pós-graduação em Direito Processual Civil na Escola Superior da Advocacia (ESA), na Escola Paulista de Direito (EPD) e na Universidade Candido Mendes (ATAME). Professor de Direito Processual Civil e Prática Forense na Rede de Ensino LFG. Advogado e Consultor.

MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

2ª edição

2ª tiragem

2016



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Flávia Alves Bravin
Gerência de concursos Roberto Navarro
Editoria de conteúdo Iris Ferrão
Assistência editorial Thiago Fraga
 Verônica Pivisan Reis

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e
 Ana Cristina Garcia (coords.)
 Liana Ganiko Brito Catenacci
 Luciano Cordeiro Shirakawa

Projeto gráfico Lais Soriano
Arte e diagramação Edson Colobone
Revisão de provas Bernardete de Souza Maurício
 Maria de Lourdes Appas
Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
 Kelli Priscila Pinto
 Tiago Dela Rosa

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

Produção gráfica Marli Rampim
Impressão Ed.Loyola
Acabamento Ed.Loyola

ISBN 978-85-472-0321-4

Sá, Renato Montans de
Manual de direito processual civil / Renato Montans
 de Sá. — 2. ed. — São Paulo : Saraiva, 2016.

1. Processo civil. 2. Processo civil - Brasil I. Título.

CDU-347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil	347.9
2. Processo civil : Direito civil	347.9

Data de fechamento da edição: 10-3-2016

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
 A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

135.922.002.002

971633

7021907

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	43
-----------------------	----

PARTE GERAL • TEORIA GERAL DO PROCESSO

1. PRINCÍPIOS	47
1.1. Introdução	47
1.2. Princípio do devido processo legal.....	49
1.3. Princípio da isonomia (paridade ou igualdade de armas)	52
1.3.1. Consumidor	52
1.3.2. Fazenda Pública e Ministério Público	53
1.3.3. A regra do art. 72 do CPC/2015.....	55
1.3.4. Idoso e enfermo	55
1.3.5. Ordem cronológica dos processos	56
1.4. Princípio do contraditório e da ampla defesa	56
1.4.1. Julgamento antecipado do mérito (total ou parcial).....	57
1.4.2. Inquérito policial e inquérito civil	58
1.4.3. Execução (processo ou fase).....	58
1.4.4. A advertência do art. 250 do CPC/2015	58
1.4.5. Liminar	59
1.4.6. Matérias cognoscíveis de ofício e a terceira vertente do princípio do contraditório.....	59
1.4.7. Multas sancionatórias.....	60
1.5. Princípio da inafastabilidade da jurisdição (ubiquidade).....	60

1.5.1. Juízo de admissibilidade e demais exigências processuais	63
1.5.2. Arbitragem.....	64
1.6. Princípio do juiz e do promotor natural.....	64
1.7. Princípio da publicidade.....	66
1.8. Princípio da motivação (o dever de fundamentar as decisões judiciais) ..	67
1.9. Princípio da duração razoável do processo (celeridade).....	71
1.10. Princípio da eficiência	73
1.11. Princípio da probidade processual (boa-fé)	74
1.12. Princípio da cooperação	75
1.13. Inércia.....	76
2. JURISDIÇÃO	77
2.1. Introdução	77
2.2. A jurisdição na tripartição de poderes	78
2.3. Definição e noções gerais.....	79
2.4. Teorias sobre a jurisdição – introdução.....	80
2.5. Atividade judicial criativa.....	82
2.6. Funções da jurisdição.....	83
2.7. Classificação da jurisdição.....	84
2.8. Características	84
2.8.1. Substitutividade	84
2.8.2. Imperatividade	85
2.8.3. Imutabilidade (definitividade)	85
2.8.4. Inafastabilidade	86
2.8.5. Indelegabilidade	86
2.8.6. Inércia	87
2.8.7. Investidura	88
2.8.8. Aderência ao território	88
2.8.9. Unidade	88
2.8.10. Imparcialidade	88
2.9. Jurisdição contenciosa e voluntária.....	89
2.10. Jurisdição de direito e por equidade	93
2.11. Formas alternativas de composição de conflitos	93
2.12. Ordem cronológica de julgamento <i>ope legis</i>	95

2.12.1. Introdução	95
2.12.2. Posicionamento doutrinário sobre o tema	96
2.12.2.1. Posicionamento contrário.....	96
2.12.2.2. Posicionamento favorável.....	98
2.12.3. Exceções	98
2.12.4. Conclusão	99
3. AÇÃO	100
3.1. Introdução	100
3.2. Teorias sobre a ação.....	100
3.2.1. Teoria imanentista (clássica, civilista)	100
3.2.2. Teoria concreta	101
3.2.3. Teoria abstrata	102
3.2.4. Teoria eclética.....	102
3.2.5. Teorias sobre as condições da ação (momento de sua verificação) – Asserção <i>versus</i> apresentação	106
3.2.5.1. Condições da ação	108
3.2.5.1.1. Interesse de agir	111
3.2.5.1.2. Legitimidade de parte.....	113
3.2.5.2. Carência de ação superveniente e preenchimento das condições no curso do processo (contemporaneidade entre as condições da ação e o julgamento de mérito) – Carência ou improcedência?.....	114
3.3. Conceito de ação	115
3.4. Elementos da ação.....	117
3.4.1. Introdução	117
3.4.2. Dimensão objetiva da demanda	118
3.4.2.1. Introdução	118
3.4.2.2. Causa de pedir	119
3.4.2.2.1. Introdução	119
3.4.2.2.2. Causa de pedir e o objeto litigioso.....	119
3.4.2.2.3. Conceito da causa de pedir	123
3.4.2.2.3.1. Fatos constitutivos (causa de pedir remota).....	128
3.4.2.2.3.2. Fundamento jurídico (causa de pedir próxima).....	130
3.4.2.2.4. Causa de pedir passiva e ativa.....	132

3.4.2.3. Pedido	133
3.4.3. Dimensão subjetiva da demanda	133
3.4.3.1. Partes	133
4. PROCESSO E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	134
4.1. Histórico do processo	134
4.2. Conceito de processo.....	136
4.3. Pressupostos processuais	137
4.3.1. Introdução	137
4.3.2. Classificação dos pressupostos processuais.....	139
4.3.2.1. Positivos	139
4.3.2.1.1. Pressupostos processuais de existência do processo	139
4.3.2.1.1.1. Demanda	139
4.3.2.1.1.2. Jurisdição.....	139
4.3.2.1.1.3. Citação	140
4.3.2.1.2. Pressupostos processuais de desenvolvimento (validade) do processo	141
4.3.2.1.2.1. Petição inicial apta.....	141
4.3.2.1.2.2. Competência do juízo e imparcialidade do juiz	142
4.3.2.1.2.3. Citação válida.....	142
4.3.2.1.2.4. Capacidade postulatória	143
4.3.2.1.2.5. Legitimação para o processo	144
4.3.2.2. Pressupostos negativos.....	144
4.3.2.2.1. Perempção	145
4.3.2.2.2. Litispendência	145
4.3.2.2.3. Coisa julgada.....	145
4.3.2.2.4. Compromisso arbitral	145
5. COMPETÊNCIA	146
5.1. Conceito.....	146
5.2. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i> (CPC/2015, art. 43)	147
5.3. (in)Competência absoluta × (in)Competência relativa.....	148
5.4. Critérios de competência	150
5.4.1. Competência internacional.....	151

5.4.2. Competência interna.....	153
5.4.3. Competência originária dos tribunais.....	156
5.4.4. Competência das justiças especiais	156
5.4.5. Competência da justiça comum.....	156
5.4.6. Competência de foro	157
5.4.7. Competência de juízo.....	161
5.5. Da cooperação nacional	162
5.6. Dinâmica da competência (modificação da competência).....	162
5.7. Conflito de competência	167
6. SUJEITOS DO PROCESSO.....	169
6.1. Partes.....	169
6.1.1. Definição	169
6.1.2. Legitimação	170
6.1.2.1. Legitimação processual (capacidade para o processo).....	170
6.1.2.1.1. Capacidade da pessoa física.....	170
6.1.2.1.1.1. Capacidade de ser parte	171
6.1.2.1.1.2. Capacidade de estar em juízo	171
6.1.2.1.1.3. Capacidade postulatória	172
6.1.2.1.1.3.1. Sucessão do procurador.....	174
6.1.2.1.2. Capacidade da pessoa jurídica (e outros entes)	174
6.1.2.1.3. Capacidade especial (cônjuges).....	175
6.1.2.1.3.1. Como réus (litisconsórcio necessário).....	175
6.1.2.1.3.2. Cônjuges como autores (integração da capacidade subjetiva)..	176
6.1.2.1.3.3. Forma de consentimento.....	178
6.1.2.1.3.4. Suprimento de outorga	178
6.1.2.1.4. Controle da capacidade	178
6.1.2.2. Legitimação para a causa	179
6.1.2.2.1. Legitimação ordinária.....	179
6.1.2.2.2. Legitimação extraordinária.....	180
6.1.2.2.2.1. Representação.....	181
6.1.2.2.2.1.1. Introdução.....	181
6.1.2.2.2.1.2. Curador especial (CPC/2015, art. 72).....	182
6.1.2.2.2.2. Da sucessão processual (CPC/2015, arts. 108 a 112)	183

6.1.3. Deveres das partes e dos procuradores	185
6.1.3.1. Introdução	185
6.1.3.2. Responsabilidade pelos danos processuais (CPC/2015, arts. 77 a 81)	185
6.1.3.3. Responsabilidade pelas despesas processuais (CPC/2015, arts. 82 a 97)	187
6.1.4. Da gratuidade da justiça (assistência judiciária)	192
6.2. Litisconsórcio	195
6.2.1. Introdução	195
6.2.2. Litisconsórcio multitudinário	196
6.2.3. Classificação do litisconsórcio	197
6.2.3.1. Quanto à posição do litisconsorte	197
6.2.3.2. Quanto ao momento de sua formação	198
6.2.3.3. Quanto à uniformidade da decisão	200
6.2.3.4. Quanto à obrigatoriedade do litisconsórcio	201
6.2.4. Ausência do litisconsorte no processo	202
6.2.5. Problemas do litisconsórcio ativo necessário	203
6.2.6. Cabimento do litisconsórcio	204
6.2.7. Questões processuais pertinentes	205
6.2.8. Demais modalidades de litisconsórcio: eventual, alternativo e sucessivo	207
6.3. Intervenção de terceiros	208
6.3.1. Por uma teoria geral das intervenções de terceiro	208
6.3.1.1. Introdução	208
6.3.2. Conceituação de terceiro	209
6.3.3. Classificação de terceiros	209
6.3.4. Sistematização das intervenções de terceiro	210
6.3.5. Assistência	211
6.3.5.1. Assistência simples	212
6.3.5.2. Assistência litisconsorcial	213
6.3.5.3. Poderes do assistente	213
6.3.5.4. Efeitos da sentença	215
6.3.5.5. Procedimento	216
6.3.6. Denúnciação da lide	217
6.3.6.1. Introdução	217
6.3.6.2. Hipóteses de cabimento	218

6.3.6.3. Ampliação do objeto litigioso na denunciação.....	220
6.3.6.4. Obrigatoriedade da denunciação da lide	221
6.3.6.5. Litisdenunciação sucessiva e denunciação <i>per saltum</i>	222
6.3.6.6. Procedimento	223
6.3.7. Chamamento ao processo	226
6.3.7.1. Introdução	226
6.3.7.2. Cabimento	228
6.3.8. Intervenção anômala da União	230
6.3.9. Do <i>amicus curiae</i>	232
6.3.9.1. Introdução	232
6.3.9.2. Natureza jurídica	232
6.3.9.3. Regulamentação normativa.....	233
6.3.9.4. Procedimento	233
6.3.10. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	234
6.3.10.1. Direito material.....	234
6.3.10.2. Direito processual.....	235
7. ATOS PROCESSUAIS	237
7.1. Introdução	237
7.2. Ato processual	238
7.3. Princípios inerentes aos atos processuais	240
7.4. Classificação dos atos processuais.....	245
7.5. Forma dos atos processuais	249
7.5.1. Do tempo e do lugar.....	249
7.5.2. Dos prazos	250
7.5.2.1. Definição	250
7.5.2.2. Contagem do prazo.....	252
7.5.2.3. Dinâmica dos prazos.....	253
7.6. Preclusão	256
7.6.1. Introdução	256
7.6.2. Classificação	257
7.6.3. Distinção com outras figuras.....	258
7.6.4. Preclusão judicial	259
7.7. Comunicação dos atos processuais	260

7.7.1. Citação	260
7.7.1.1. Definição	260
7.7.1.2. Citação direta e indireta	260
7.7.1.2.1. Teoria da aparência.....	262
7.7.1.3. Momento da citação	262
7.7.1.4. Efeitos da citação.....	263
7.7.1.5. Ônus da parte em promover a citação	265
7.7.1.6. Modalidades de citação.....	266
7.7.1.6.1. Citação pelo correio.....	267
7.7.1.6.2. Citação por mandado (oficial de justiça).....	267
7.7.1.6.3. Citação por edital.....	268
7.7.1.6.3.1. Citação por edital decorrente da lei (CPC/2015, art. 259).....	269
7.7.1.6.4. Citação por hora certa	270
7.7.2. Das intimações	270
7.7.2.1. Introdução	270
7.7.2.2. Modalidades de intimação.....	271
7.7.3. Das cartas	272
7.8. Processo eletrônico	275
8. INVALIDADES PROCESSUAIS (O SISTEMA DAS NULIDADES PROCESSUAIS) ..	279
8.1. Introdução: o ato processual	279
8.2. A teoria das invalidades	279
8.3. Princípios ligados às invalidades.....	281
8.4. Existência, validade e eficácia.....	282
8.5. Classificação	283
8.6. Sobre a apreciação das invalidades em sede de recurso especial e extra-ordinário.....	287
8.7. Especificamente sobre o Ministério Público.....	288
8.8. Efeitos da decretação de nulidade.....	288
9. DA TUTELA PROVISÓRIA (DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA)	290
9.1. Introdução	290
9.2. Regras gerais.....	290

9.3. Tutela provisória de urgência	294
9.3.1. Introdução	294
9.3.2. Requisitos para sua concessão	295
9.3.3. Irreversibilidade	298
9.3.4. Responsabilidade objetiva	300
9.3.5. Modalidades	301
9.3.5.1. Tutela antecipada	301
9.3.5.1.1. Histórico e definição	301
9.3.5.1.2. Procedimento	303
9.3.5.1.3. Estabilização da tutela antecipada	304
9.3.5.2. Tutela cautelar	307
9.3.5.2.1. Introdução	307
9.3.5.2.2. Características	307
9.3.5.2.2. Procedimento	311
9.4. Tutela de evidência	312
9.4.1. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (a denominada tutela de evidência "punitiva" ou "sancionatória")	313
9.4.2. Alegações de fato que puderem ser comprovadas apenas documental- mente e quando houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante (tutela de evidência fática + jurídica)	314
9.4.3. Pedido reipersecutório fundado em prova documental em contrato de depósito (tutela de evidência fundada em contrato de depósito)	315
9.4.4. Petição inicial instruída com prova documental suficiente dos fatos cons- titutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável (tutela de evidência fática)	315
10. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	317
10.1. Formação do processo	317
10.2. Suspensão do processo	318
10.2.1. Introdução	318
10.2.2. Causas de suspensão do processo	319
10.2.2.1. Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador	319
10.2.2.2. Convenção das partes	319
10.2.2.3. Arguição de impedimento e suspeição	319

10.2.2.4. Pela admissão do incidente de demandas repetitivas	320
10.2.2.5. Questões externas.....	320
10.2.2.6. Força maior.....	321
10.2.2.7. Demais casos.....	321
10.2.3. Prática de atos durante a suspensão.....	321
10.2.4. Suspensão para apuração de fato criminal.....	321
10.3. Extinção do processo	322
10.3.1. Extinção do processo sem resolução de mérito (CPC/2015, art. 485)....	322
10.3.1.1. Indeferimento da petição inicial (inciso I).....	323
10.3.1.2. Abandono da causa pelas partes (inciso II).....	324
10.3.1.3. Abandono da causa pelo autor (inciso III)	324
10.3.1.4. Falta de pressupostos processuais (inciso IV)	325
10.3.1.5. Perempção, litispendência e coisa julgada (inciso V)	325
10.3.1.6. Carência de ação [ausência de legitimidade ou interesse processual] (inciso VI)	326
10.3.1.7. Convenção de arbitragem (inciso VII).....	327
10.3.1.8. Desistência da ação (inciso VIII).....	327
10.3.1.9. Ação intransmissível (inciso IX).....	328
10.3.1.10. Demais casos em lei.....	328
10.3.2. Extinção do processo com resolução de mérito (CPC/2015, art. 487)....	329
10.3.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido formulado na ação ou na recon- venção (inciso I)	329
10.3.2.2. Prescrição e decadência (inciso II).....	330
10.3.2.3. Reconhecimento jurídico do pedido (inciso III, <i>a</i>).....	330
10.3.2.4. Transação (inciso III, <i>b</i>).....	331
10.3.2.5. Renúncia à pretensão (inciso III, <i>c</i>).....	331

PARTE ESPECIAL • PROCESSO DE CONHECIMENTO – PROCEDIMENTO COMUM

1. PETIÇÃO INICIAL	335
1.1. Introdução	335
1.2. Requisitos (elementos) da petição inicial.....	336
1.2.1. O juízo a que é dirigida	337

1.2.2. Qualificação das partes.....	337
1.2.3. O fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	338
1.2.4. O pedido com suas especificações	339
1.2.4.1. Formalização do pedido.....	340
1.2.4.2. Espécies de pedido	344
1.2.4.3. Estabilização da demanda	352
1.2.5. Valor da causa.....	356
1.2.6. Provas com que se pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados ..	358
1.2.7. A opção do autor pela realização ou não da audiência de conciliação ou de mediação	359
1.3. Controle de admissibilidade da petição inicial	359
1.3.1. Hipóteses de indeferimento.....	361
1.4. Especificamente sobre o julgamento liminar do pedido.....	362
1.4.1. Introdução	362
1.4.2. Requisitos	364
2. MODALIDADES DE RESPOSTA	366
2.1. Teoria geral das respostas.....	366
2.2. Exceção, objeção, substancial, processual.....	367
2.3. Contestação	368
2.3.1. Introdução	368
2.3.2. Princípios da contestação	369
2.3.3. Efeitos da contestação	373
2.3.4. Estrutura lógica da contestação.....	373
2.3.4.1. Preliminares	374
2.3.4.2. Mérito	378
2.3.5. Da alegação de incompetência.....	380
2.3.6. Da alegação de ilegitimidade.....	381
2.4. Reconvenção	383
2.4.1. Introdução	383
2.4.2. Requisitos da reconvenção	384
2.4.3. Ações dúplices.....	388
2.4.4. Procedimento	388
2.5. "Exceções rituais" (impedimento e suspeição)	390
2.5.1. Introdução	390

2.5.2. Acepções gerais	391
3. DA REVELIA E DA FASE ORDINATÓRIA	396
3.1. Da revelia	396
3.1.1. Introdução	396
3.1.2. Efeitos	396
3.1.3. Questões processuais pertinentes	398
3.2. Da fase ordinatória	399
3.2.1. Introdução	399
3.2.2. Providências preliminares	400
3.2.3. Julgamento conforme o estado do processo	400
3.2.4. Saneamento do processo	404
4. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO	407
5. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	411
5.1. Introdução	411
5.2. Características	411
5.3. Atos preparatórios	412
5.4. Fases da audiência	412
5.5. Adiamento da audiência	415
6. PROVAS	417
6.1. Teoria geral das provas	417
6.1.1. Introdução	417
6.1.2. Natureza da prova	418
6.1.3. Direito (constitucional) à prova	419
6.1.4. Especificamente sobre as provas ilícitas e as provas obtidas por meio ilícito	420
6.1.5. Princípios regentes das provas	421
6.1.5.1. Identidade física	421
6.1.5.2. Imediatidade	422
6.1.5.3. Princípio da aquisição da prova (ou da comunhão da prova)	422
6.1.6. O juiz na instrução do processo (ativismo judicial)	424

6.1.7. Objeto de prova	426
6.1.7.1. Fatos que independem de prova (CPC/2015, art. 374).....	427
6.1.7.2. Prova de direito	429
6.1.7.3. A prova de fatos negativos.....	429
6.1.8. Ônus da prova	430
6.1.8.1. Conceito.....	430
6.1.8.2. Inversão do ônus da prova	432
6.1.8.2.1. Momento de inversão do ônus da prova	432
6.1.8.3. A prova suficiente e o limite do ônus probatório.....	433
6.1.8.4. Ônus probatório e regra de aquisição da prova.....	433
6.1.8.5. Sobre o ônus dinâmico da prova	434
6.1.9. Fontes e meios de prova.....	434
6.1.10. Momento em que a prova deve ser apresentada.....	435
6.1.11. Sistemas de apreciação de provas.....	435
6.1.11.1. Introdução.....	435
6.1.11.2. Sistema da prova legal (prova tarifada).....	435
6.1.11.3. Sistema da livre convicção.....	436
6.1.11.4. Sistema da persuasão racional	436
6.1.12. Presunções e indícios	437
6.1.12.1. Introdução	437
6.1.12.2. Presunções absolutas (<i>iure et de iure</i>) e relativas (<i>iuris tantum</i>)	438
6.1.12.3. Presunção e prova	441
6.1.13. Provas atípicas	441
6.2. Provas em espécie	443
6.2.1. Da produção antecipada de provas (CPC/2015, arts. 381 a 383).....	443
6.2.1.1. Introdução	443
6.2.1.2. Competência.....	444
6.2.1.3. Procedimento	444
6.2.2. Da ata notarial (CPC/2015, art. 384)	445
6.2.3. Depoimento da parte (CPC/2015, arts. 385 a 388).....	446
6.2.3.1. Introdução	446
6.2.3.2. Quem pode prestar.....	446
6.2.3.3. Consequências.....	446
6.2.3.4. Modalidades.....	447
6.2.3.5. Forma de produção.....	447

6.2.3.6. Recusa.....	448
6.2.4. Confissão (CPC/2015, arts. 389 a 395).....	448
6.2.4.1. Introdução	448
6.2.4.2. Classificação	449
6.2.4.3. Pontos importantes.....	449
6.2.4.4. Limitações à confissão.....	450
6.2.5. Exibição de documento ou coisa (CPC/2015, arts. 396 a 404)	450
6.2.5.1. Introdução	450
6.2.5.2. Acepções gerais	451
6.2.5.3. Exibição pela parte	453
6.2.5.4. Exibição por terceiros.....	454
6.2.6. Prova documental (CPC/2015, arts. 405 a 441)	455
6.2.6.1. Introdução	455
6.2.6.2. Força probante dos documentos.....	455
6.2.6.2.1. Documento público	455
6.2.6.2.2. Documento particular	456
6.2.6.3. Arguição de falsidade documental	459
6.2.6.4. Produção da prova documental	460
6.2.7. Prova testemunhal (CPC/2015, arts. 442 a 463).....	461
6.2.7.1. Introdução	461
6.2.7.2. Cabimento	462
6.2.7.3. Sujeitos que podem testemunhar.....	463
6.2.7.4. Prerrogativas das testemunhas. Deveres das testemunhas.....	464
6.2.7.5. Local	465
6.2.7.6. Produção da prova testemunhal.....	466
6.2.7.6.1. Atos preparatórios.....	466
6.2.7.6.2. Dinâmica na audiência.....	468
6.2.8. Prova pericial (CPC/2015, arts. 464 a 480).....	469
6.2.8.1. Definição	469
6.2.8.2. Perícia e máximas de experiência	469
6.2.8.3. Espécies de perícia	470
6.2.8.4. Perito e assistente técnico	471
6.2.8.5. Perícia complexa.....	472
6.2.8.6. Escusa e substituição do perito	472
6.2.8.7. Assistente técnico.....	473

6.2.8.8. Procedimento	473
6.2.8.9. Prova técnica simplificada.....	475
6.2.8.10. Valoração.....	475
6.2.9. Inspeção judicial (CPC/2015, arts. 481 a 484)	476
6.2.9.1. Definição	476
6.2.9.2. Objeto	476
6.2.9.3. Processamento.....	477
7. SENTENÇA	479
7.1. Conceito.....	479
7.2. Classificação (sentenças com e sem resolução de mérito)	482
7.2.1. Sentenças terminativas	483
7.2.2. Sentenças definitivas.....	484
7.3. Elementos integrantes da sentença	485
7.3.1. Relatório	485
7.3.2. Fundamentação.....	486
7.3.3. Dispositivo	490
7.3.4. Demais elementos da sentença.....	491
7.4. Publicação da sentença e o “princípio da invariabilidade”	492
7.5. Classificação das sentenças de procedência	493
7.5.1. Tutela declaratória.....	494
7.5.2. Tutela constitutiva	495
7.5.3. Tutela condenatória.....	496
7.5.4. Tutela mandamental.....	496
7.5.5. Tutela executiva.....	499
7.5.6. Como harmonizar os conceitos de tutela condenatória, executiva e mandamental?.....	500
7.6. Capítulos da sentença	503
7.6.1. Introdução	503
7.6.2. Aplicabilidade.....	504
7.6.3. Classificação	505
7.6.3.1. Quanto à uniformidade do objeto de cognição.....	505
7.6.3.2. Quanto à hierarquia.....	505
7.6.3.3. Quanto à autonomia	506

7.6.4. A teoria dos capítulos das decisões na liquidação de sentença: a questão à luz da redação dos arts. 63 e 387, IV, do CPP	506
7.7. Princípio da congruência	510
7.7.1. Congruência externa	511
7.7.1.1. Sentença <i>extra petita</i>	511
7.7.1.2. Sentença <i>ultra petita</i>	512
7.7.1.3. Sentença <i>infra petita (citra petita)</i>	513
7.7.2. Congruência interna.....	514
7.7.2.1. Certeza.....	514
7.7.2.2. Liquidez.....	515
7.7.2.3. Clareza	515
7.8. Fatos supervenientes (CPC/2015, art. 493).....	515
7.8.1. Introdução	515
7.8.2. Sistematização	516
7.9. Efeitos da sentença (principais, anexos e reflexos)	517
7.9.1. Introdução e efeito principal.....	517
7.9.2. Efeito anexo	518
7.9.2.1. Hipoteca judiciária	518
7.9.3. Efeitos reflexos	520
7.10. Sentenças determinativas (dispositivas)	520
7.11. Sentenças objetivamente complexas e subjetivamente complexas.....	521
8. COISA JULGADA	522
8.1. Introdução	522
8.2. Um debate doutrinário sobre a coisa julgada no direito moderno.....	523
8.2.1. A coisa julgada como presunção absoluta de verdade	523
8.2.2. A coisa julgada como ficção de verdade (teoria da representação)	525
8.2.3. A coisa julgada como certeza judicial	526
8.2.4. A coisa julgada como eficácia da sentença	527
8.2.4.1. Revisitando os conceitos de eficácia, efeito e conteúdo.....	527
8.2.4.2. A coisa julgada como eficácia da sentença	531
8.2.4.3. Especificamente sobre as teorias material e processual da coisa julgada – As funções criadora e declaratória.....	535
8.2.5. A coisa julgada como atividade estatal – A separação entre autoridade e eficácia – As teorias de Chiovenda e Carnelutti	539

8.2.6. A coisa julgada como qualidade dos efeitos da sentença – A doutrina de Liebman	542
8.2.7. A coisa julgada como qualidade da força da sentença – A doutrina de Barbosa Moreira	547
8.2.8. Um desdobramento da teoria da eficácia da sentença – A doutrina de Ovídio Araújo Baptista da Silva	550
8.2.9. O direito positivo brasileiro e nossa posição	554
8.3. Coisa julgada formal e material	557
8.4. Função positiva e negativa da coisa julgada.....	558
8.4.1. Introdução	558
8.4.2. Função negativa	559
8.4.3. Função positiva	561
8.5. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada à luz do sistema vigente ..	562
8.5.1. Limites subjetivos.....	562
8.5.2. Limites objetivos	564
8.5.2.1. Introdução	564
8.5.2.2. Teoria restritiva.....	565
8.5.2.3. Teoria ampliativa.....	568
8.5.2.4. A tese restritiva e a (extinta) ação declaratória incidental.....	571
8.5.2.5. Nossa posição.....	573
8.5.2.6. O que é uma questão prejudicial?	575
8.5.2.7. Código de Processo Civil atual	578
8.5.2.8. Os motivos.....	581
8.5.2.9. A verdade dos fatos como fundamento da sentença.....	583
8.6. Produção da coisa julgada	585
8.7. Sobre a desconsideração da coisa julgada material.....	585
8.7.1. Revisão atípica da coisa julgada	585
8.8. Aspectos temporais da coisa julgada.....	590
8.9. Eficácia preclusiva da coisa julgada	591
PROCESSO DE CONHECIMENTO – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	595
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....	595
INTRODUÇÃO – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	595

1. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	598
1.1. Introdução	598
1.2. Modalidades.....	599
1.2.1. Extrajudicial	599
1.2.2. Judicial	602
1.2.2.1. Inicial.....	603
1.2.2.2. Defesa.....	604
1.2.2.3. Sentença	605
2. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	606
2.1. Introdução	606
2.2. Legitimidade.....	607
2.3. Petição inicial	607
2.4. Competência	607
2.5. Procedimento	607
3. AÇÕES POSSESSÓRIAS	609
3.1. Introdução	609
3.2. Legitimidade.....	609
3.3. Petição inicial e competência.....	610
3.4. Procedimento	610
3.5. Fungibilidade.....	612
3.6. Da manutenção e da reintegração de posse.....	612
3.7. Do interdito proibitório	614
4. AÇÃO DE DIVISÃO E DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES	615
4.1. Introdução	615
4.2. Da demarcação.....	617
4.2.1. Petição inicial	617
4.2.2. Legitimidade.....	617
4.2.3. Competência	619
4.2.4. Procedimento	619
4.3. Da divisão	620
4.3.1. Petição inicial	620
4.3.2. Legitimidade	620

4.3.3. Competência	621
4.3.4. Procedimento	621
5. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE	623
5.1. Introdução	623
5.2. Petição inicial	624
5.3. Legitimidade.....	624
5.4. Procedimento	624
6. INVENTÁRIO E PARTILHA.....	626
6.1. Introdução	626
6.2. Inventário	627
6.2.1. Inventário negativo	628
6.2.2. Obrigatoriedade do inventário	628
6.2.3. Procedimento do inventário.....	628
6.2.4. Competência	629
6.2.5. Prazo para abertura	629
6.2.6. Abertura do inventário	630
6.2.7. Administrador provisório	630
6.2.8. Inventariante	631
6.2.9. Procedimento do inventário.....	633
6.2.9.1. Petição inicial	633
6.2.9.2. Primeiras declarações.....	633
6.2.9.3. Citações	634
6.2.9.4. Impugnações	634
6.2.9.5. Avaliações.....	635
6.2.9.6. Últimas declarações.....	636
6.2.9.7. Colações.....	636
6.2.10. Do pagamento das dívidas	636
6.3. Partilha	637
6.3.1. Modalidades.....	637
6.3.1.1. Partilha amigável.....	637
6.3.1.2. Partilha judicial.....	638
6.3.2. Procedimento da partilha	638

7. EMBARGOS DE TERCEIRO	641
7.1. Introdução	641
7.2. Diferença com outras medidas	642
7.3. Hipóteses de cabimento	642
7.4. Legitimidade	643
7.4.1. Legitimidade ativa	643
7.4.2. Legitimidade passiva	644
7.5. Petição inicial	644
7.6. Competência	645
7.7. Procedimento	645
8. OPOSIÇÃO	646
8.1. Introdução	646
8.2. Legitimidade	648
8.3. Petição inicial	648
8.4. Competência	648
8.5. Procedimento	648
9. HABILITAÇÃO	650
9.1. Introdução	650
9.2. Legitimidade	650
9.3. Petição inicial	650
9.4. Competência	651
9.5. Procedimento	651
10. AÇÕES DE FAMÍLIA	652
10.1. Introdução	652
10.2. Legitimidade	653
10.3. Petição inicial	653
10.4. Competência	653
10.5. Procedimento	654
11. AÇÃO MONITÓRIA	656
11.1. Introdução	656

11.2. Legitimidade	657
11.3. Petição inicial.....	657
11.4. Competência	658
11.5. Procedimento	658
12. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL	660
12.1. Introdução	660
12.2. Legitimidade.....	661
12.3. Petição inicial	661
12.4. Competência.....	661
12.5. Procedimento	661
12.5.1. Procedimento extrajudicial.....	661
12.5.2. Procedimento judicial.....	662
13. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA	663
13.1. Introdução	663
13.2. Legitimidade.....	663
13.3. Petição inicial	663
13.4. Competência.....	664
13.5. Procedimento	664
14. RESTAURAÇÃO DE AUTOS	665
14.1. Introdução	665
14.2. Legitimidade.....	665
14.3. Competência.....	665
14.4. Petição inicial	665
14.5. Procedimento	666
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	667
INTRODUÇÃO	667
1. DAS NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES	670

2. DAS ALIENAÇÕES JUDICIAIS	672
3. DO DIVÓRCIO E DA EXTINÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL CONSENSUAIS E DA ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO	673
4. DOS TESTAMENTOS E CODICILOS	676
5. DA HERANÇA JACENTE	679
6. DOS BENS DOS AUSENTES	681
7. DAS COISAS VAGAS	684
8. DOS INTERDITOS E SUA CURATELA	686
9. DAS DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA	691
10. DA ORGANIZAÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES	694
10.1. Constituição das fundações	694
10.2. Extinção das fundações	695
11. DA RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO	696
PROCESSO DE EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – PARTE GERAL	699
1. TEORIA GERAL DA TUTELA JURISDICIONAL EXECUTIVA	699
1.1. Introdução	699
1.2. A execução no Código de Processo Civil – Classificação	701
1.2.1. Quanto à origem do título	701
1.2.1.1. Vasos comunicantes	702
1.2.2. Quanto à autonomia	703
1.2.3. Quanto à natureza da obrigação apresentada em juízo	704
1.2.4. Quanto à estabilidade do título	704
1.2.5. Quanto à forma de efetivação	705
1.3. Princípios da execução	707

1.3.1. Princípio da autonomia da execução.....	707
1.3.2. Princípio da <i>nulla executio sine titulo</i>	709
1.3.3. Princípio da patrimonialidade.....	712
1.3.4. Princípio da disponibilidade da execução (desfecho único)	713
1.3.5. Princípio da máxima efetividade da execução e da menor onerosidade .	716
1.3.6. Princípio da tipicidade da execução	717
1.3.7. Princípio da lealdade processual.....	723
1.3.8. Princípio da responsabilidade objetiva do exequente	725
2. LEGITIMIDADE NA EXECUÇÃO	727
2.1. Introdução	727
2.2. Legitimidade ativa (CPC/2015, art. 778)	728
2.2.1. O credor a quem a lei confere título executivo.....	728
2.2.2. O Ministério Público.....	729
2.2.3. Herdeiros e sucessores	729
2.2.4. Cessão de crédito	730
2.2.5. Sub-rogação	730
2.3. Legitimidade passiva (CPC/2015, art. 779)	730
2.3.1. Do devedor	730
2.3.2. Espólio, herdeiros e sucessores.....	731
2.3.3. O novo devedor	731
2.3.4. Fiador do débito em título extrajudicial.....	731
2.3.5. O responsável ou titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.....	731
2.3.6. Responsável tributário	731
3. COMPETÊNCIA NA EXECUÇÃO	732
3.1. Execução de título executivo judicial.....	732
3.1.1. Execução nos tribunais.....	732
3.1.2. Execução em primeiro grau	733
3.1.3. Competência para a execução de sentenças processadas fora do juízo cível.....	734
3.2. Execução de título executivo extrajudicial (CPC/2015, art. 781)	735

4. TÍTULO EXECUTIVO	736
4.1. Introdução	736
4.2. Natureza jurídica	739
4.3. Elementos (requisitos) do título	741
4.3.1. Requisitos formais (tipicidade).....	741
4.3.2. Requisitos substanciais	742
4.4. Classificação	743
4.5. Execução com base em mais de um título	743
4.6. Título estrangeiro	743
4.7. Títulos judiciais (CPC/2015, art. 515)	744
4.8. Títulos executivos extrajudiciais (CPC/2015, art. 784)	752
5. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	756
5.1. Introdução	756
5.2. Natureza jurídica	758
5.3. Liquidação de título executivo extrajudicial.....	759
5.4. A liquidação no Código de Processo Civil (modalidades).....	759
5.4.1. Introdução	759
5.4.2. Fase de liquidação	760
5.4.3. Processo de liquidação	760
5.4.4. Liquidação incidental	761
5.5. Espécies de liquidação	761
5.5.1. Liquidação por cálculos (liquidação extrajudicial).....	761
5.5.1.1. Definição	761
5.5.2. Liquidação por arbitramento (CPC/2015, arts. 509, I, e 510).	763
5.5.2.1. Definição	763
5.5.2.2. Procedimento	763
5.5.3. Liquidação pelo procedimento comum (CPC/2015, arts. 509, II, e 511)..	764
5.5.3.1. Definição	764
5.5.3.2. Procedimento	765
5.6. Decisão que julga liquidação de sentença.....	765
5.7. Questões processuais pertinentes	765
5.7.1. Legitimidade.....	765

5.7.2. Competência	766
5.7.3. Liquidação provisória	766
5.7.4. Princípio da fidelidade do título (CPC/2015, art. 509, § 4º).....	768
5.7.5. Liquidação com dano zero.....	768
5.7.6. Liquidação de sentença e capítulos da decisão.....	769
6. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	770
6.1. Introdução	770
6.2. Obrigação e responsabilidade	771
6.3. Interpretação do art. 789 do CPC/2015	772
6.4. Hipóteses especiais de responsabilidade (primária e secundária) – CPC/2015, art. 790.....	772
6.4.1. Bens do devedor a título singular.....	773
6.4.2. Bens do sócio.....	774
6.4.3. Bens do devedor ainda que em poder de terceiros.....	776
6.4.4. Bens do cônjuge	776
6.4.5. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução.....	777
6.4.6. Bens cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão de reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores.....	777
6.4.7. Bens do responsável nos casos de desconsideração da personalidade jurídica	777
6.5. Fraude contra credores e fraude à execução.....	778
6.5.1. Introdução	778
6.5.2. Fraude contra credores.....	778
6.5.3. Fraude à execução	779
6.5.3.1. Conceito.....	779
6.5.3.2. Hipóteses de incidência	783
6.5.3.2.1. Pender sobre os bens ação fundada em direito real ou pretensão reipersecutória desde que a pendência do processo tenha sido averbada no respectivo registro público (se houver)..	783
6.5.3.2.2. Quando tiver sido averbada, no registro do bem, a pendência do processo de execução, na forma do art. 828 do CPC/2015	783
6.5.3.2.3. Quando tiver sido averbada, no registro do bem, hipoteca judi-	

ciária ou outro ato de constrição judicial originário do processo em que foi arguida a fraude.....	784
6.5.3.2.4. Quando, ao tempo da alienação/onerção, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência.....	785
6.5.3.2.3. Demais casos em lei	785
6.6. Impenhorabilidades	786
6.6.1. Impenhorabilidades no CPC/2015	786
6.6.2. Impenhorabilidade do bem de família (Lei n. 8.009/90).....	790
6.6.2.1. Definição e extensão	790
6.6.2.2. Hipóteses de exclusão legal.....	791
EXECUÇÃO EM ESPÉCIE	793
1. TÍTULO JUDICIAL	793
1.1. Cumprimento provisório da sentença.....	793
1.1.1. Introdução	793
1.1.2. Cumprimento provisório com base em título judicial (CPC/2015, art. 520)	794
1.1.3. Procedimento	794
1.2. Cumprimento definitivo de sentença (execução de título executivo judicial) – pagamento de quantia certa.....	800
1.2.1. Introdução	800
1.2.2. Procedimento	801
1.2.3. Protesto da sentença	807
1.3. Tutela específica das obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa certa ou incerta com base em título executivo judicial (CPC/2015, arts. 497-501 e 536-538).....	809
1.3.1. Obrigações de fazer e não fazer (CPC/2015, arts. 497 e 536).....	809
1.3.1.1. Introdução – A tutela específica no Brasil.....	809
1.3.1.2. Tutela específica ou o resultado prático equivalente	809
1.3.1.3. Tutela antecipada (CPC/2015, arts. 294 e seguintes).	811
1.3.1.4. Mecanismos de efetivação da tutela específica (princípio da atipicidade dos atos executivos) – CPC/2015, arts. 536, §§ 1º e 2º, e 537	811
1.3.1.4.1. Prisão civil e prisão penal como medidas de efetivação da tutela específica	812
1.3.1.5. Multa.....	814

1.3.1.5.1. Introdução	814
1.3.1.5.2. Multa coercitiva e multa sancionatória	815
1.3.1.5.3. Características	815
1.3.1.5.4. Legitimidade	819
1.3.1.5.5. A multa e a improcedência da demanda	820
1.3.1.5.6. Fazenda Pública e a incidência da multa	821
1.3.1.6. Perdas e danos	822
1.3.1.7. Defesa do executado	824
1.3.1.8. Tutela específica: inibitória e remoção de ilícito	825
1.3.1.8.1. Tutela inibitória	825
1.3.1.8.2. Tutela de remoção do ilícito	828
1.3.2. Entrega de coisa certa ou incerta (CPC/2015, arts. 498 e 538)	830
1.3.2.1. Introdução	830
1.3.2.2. Questões processuais	830
1.3.2.3. Procedimento	832
1.3.2.4. Conversão em perdas e danos	833
1.3.2.5. Retenção por benfeitorias	834
2. TÍTULO EXTRAJUDICIAL	835
2.1. Pagamento de quantia certa contra devedor solvente (título executivo extrajudicial)	835
2.1.1. Introdução	835
2.1.2. Fase inicial (proposição)	837
2.1.3. Fase da penhora	844
2.1.3.1. Introdução	844
2.1.3.2. Efeitos da penhora	845
2.1.3.2.1. Efeitos objetivos	845
2.1.3.2.2. Efeitos subjetivos	846
2.1.3.3. Ordem da penhora	847
2.1.3.4. Modificações na penhora	849
2.1.3.5. Efeitos espaciais da penhora	851
2.1.3.6. Penhoras especiais	852
2.1.3.6.1. Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira <i>on-line</i>	852
2.1.3.6.2. Penhora de créditos	854

2.1.3.6.3. Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas.....	855
2.1.3.6.4. Penhora sobre empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes (CPC/2015, arts. 862-865).....	856
2.1.3.6.5. Penhora de percentual de faturamento da empresa	856
2.1.3.7. Procedimento	856
2.1.4. Parcelamento judicial e avaliação	858
2.1.4.1. Parcelamento judicial	858
2.1.4.1.1. Introdução	858
2.1.4.1.2. Questões processuais pertinentes	858
2.1.4.1.3. Descumprimento (CPC/2015, art. 916, § 5º).....	860
2.1.4.2. Avaliação (CPC/2015, arts. 870-875).....	861
2.1.5. Fase da expropriação	862
2.1.5.1. Introdução	862
2.1.5.2. Adjudicação	862
2.1.5.2.1. Introdução	862
2.1.5.2.2. Legitimidade	864
2.1.5.2.3. Formalização da adjudicação	865
2.1.5.3. Alienação por iniciativa particular	866
2.1.5.3.1. Introdução	866
2.1.5.3.2. Legitimidade, prazo e preço	867
2.1.5.3.3. Procedimento.....	868
2.1.5.3.4. Especificamente sobre o corretor.....	868
2.1.5.4. Alienação em leilão judicial (arrematação).....	869
2.1.5.4.1. Introdução	869
2.1.5.4.2. Edital.....	870
2.1.5.5. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	877
2.1.5.5.1. Introdução	877
2.1.5.5.2. Natureza jurídica	877
2.1.5.5.3. Pressupostos	878
2.1.5.5.4. Procedimento.....	878
2.1.6. Satisfação do crédito	879
2.2. Execução de obrigação de fazer e não fazer com base em título executivo extrajudicial (CPC/2015, arts. 814-823)	880
2.2.1. Introdução	880

2.2.2. Execução das obrigações de fazer.....	880
2.2.3. Execução das obrigações de não fazer.....	883
2.3. Execução de entrega de coisa certa e incerta com base em título executivo extrajudicial (CPC/2015, arts. 806-813).....	883
2.3.1. Execução de entrega de coisa certa.....	883
2.3.2. Execução de entrega de coisa incerta.....	885
3. DEFESAS DO EXECUTADO	887
3.1. Embargos à execução.....	888
3.1.1. Introdução.....	888
3.1.2. Natureza jurídica.....	888
3.1.3. Matérias argúveis.....	890
3.1.3.1. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	890
3.1.3.2. Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	891
3.1.3.3. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	892
3.1.3.4. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa.....	893
3.1.3.5. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	894
3.1.3.6. Qualquer matéria que lhe seja lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento.....	894
3.1.4. Procedimento.....	894
3.2. Impugnação (CPC/2015, art. 525).....	898
3.2.1. Definição e natureza jurídica.....	898
3.2.2. Matérias (fundamentos).....	899
3.2.2.1. Falta ou nulidade de citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia.....	899
3.2.2.2. Ilegitimidade das partes.....	900
3.2.2.3. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	900
3.2.2.4. Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	900
3.2.2.5. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	901
3.2.2.6. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	901
3.2.2.7. Qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição desde que superveniente à sentença.....	901
3.2.3. Garantia do juízo.....	902

3.2.4. Prazo	902
3.2.5. Efeito suspensivo	902
3.2.6. Sobre a coisa julgada inconstitucional (especificamente o art. 525, §§ 12 a 15, do CPC/2015).....	903
3.2.6.1. Introdução	903
3.2.6.2. Modulação dos efeitos	905
3.2.6.3. Alcance temporal	906
3.3. Exceção executiva – “exceção de pré-executividade”	907
3.3.1. Introdução	907
3.3.2. Cabimento e nomenclatura	909
3.3.3. Procedimento	910
4. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	913
4.1. Suspensão	913
4.1.1. Hipóteses de suspensão	913
4.1.2. Prática de atos durante o período de suspensão	916
4.2. Extinção da execução	916
PROCESSO NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	917
1. PRECEDENTES JUDICIAIS	917
1.1. Histórico	917
1.2. Introdução ao estudo dos precedentes no direito atual	920
1.3. Definição e classificação	921
1.3.1. Definição	921
1.3.2. Classificação	925
1.3.2.1. Quanto à forma de aplicação	925
1.3.2.2. Quanto à origem do precedente	925
1.3.2.3. Quanto à obrigatoriedade	926
1.4. Importância dos precedentes	926
1.5. Aplicação	929
1.6. Dinâmica do precedente (técnicas de superação)	932
1.7. Aplicação dos precedentes no CPC/2015	933
1.7.1. Uma sistematização dos precedentes no CPC/2015.....	933

1.7.2. Dinâmica do precedente: superação (<i>overruling</i>).....	937
2. O MICROSSISTEMA DA COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTOS REPETITIVOS NO ORDENAMENTO BRASILEIRO	939
2.1. Introdução	939
2.2. Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	942
2.2.1. Cabimento e requisitos.....	943
2.2.2. Legitimidade.....	945
2.2.3. Competência	947
2.2.4. Não cabimento.....	947
2.2.5. Procedimento	948
2.3. Julgamento de recursos especial e extraordinário repetitivos.....	953
2.3.1. Introdução	953
2.3.2. Cabimento	953
2.3.3. Procedimento	954
3. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	960
3.1. Cabimento	960
3.2. Procedimento	962
4. AÇÃO RESCISÓRIA	963
4.1. Introdução e natureza jurídica	963
4.2. <i>Iudicium rescidens e iudicium rescissorium</i>	968
4.3. Hipóteses de cabimento	970
4.3.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	970
4.3.2. Proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.	971
4.3.3. Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou colusão ou simulação entre as partes a fim de fraudar a lei	971
4.3.4. Ofensa à coisa julgada	973
4.3.5. Violar manifestamente norma jurídica.....	975
4.3.6. Prova falsa	978
4.3.7. Prova nova	979
4.3.8. Erro de fato	980
4.4. Ação anulatória.....	981

4.4.1. Nomenclatura e sua diferença com ação rescisória	981
4.4.2. Cabimento	982
4.4.3. Procedimento	982
4.5. Legitimidade.....	983
4.5.1. Parte no processo ou sucessor.....	983
4.5.2. Terceiro juridicamente interessado.....	983
4.5.3. Ministério Público	984
4.5.4. Aquele que não foi ouvido no processo	985
4.6. Competência	985
4.6.1. Introdução	985
4.6.2. A competência na teoria dos capítulos das decisões	987
4.7. Prazo	991
4.8. Procedimento	993
5. PRORROGAÇÃO DOS JULGAMENTOS NÃO UNÂNIMES PELO TRIBUNAL – A SOBREVIVÊNCIA DOS EMBARGOS INFRINGENTES COMO TÉCNICA DE JULGAMENTO	999
5.1. Introdução	999
5.2. A transformação do recurso em técnica de julgamento	1000
5.3. Hipóteses de cabimento	1000
5.4. Procedimento	1001
5.5. Não cabimento.....	1002
6. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	1003
6.1. Conceito de recurso, natureza jurídica, remédios.....	1003
6.2. Classificação dos recursos	1008
6.2.1. Quanto à finalidade: recursos ordinários e extraordinários	1008
6.2.2. Quanto à cognição: recursos de fundamentação livre e vinculada.....	1010
6.2.3. Quanto à autonomia: recursos de interposição livre e subordinada (re- curso adesivo)	1011
6.3. Duplo grau de jurisdição	1014
6.4. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	1017
6.4.1. Admissibilidade (regramento geral)	1018
6.4.1.1. Regras gerais.....	1018

6.4.1.2. Juízo de admissibilidade em espécie	1023
6.4.1.2.1. Pressupostos objetivos	1023
6.4.1.2.2. Pressupostos subjetivos	1043
6.4.2. Mérito recursal	1051
6.4.2.1. Causa de pedir recursal. Vício de juízo e vício de atividade	1052
6.4.2.2. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> e vedação ao benefício comum.....	1053
6.5. Efeitos dos recursos.....	1054
6.5.1. Impedimento do trânsito em julgado.....	1054
6.5.2. Efeito devolutivo	1055
6.5.3. Suspensivo.....	1057
6.5.4. Regressivo ou retratação.....	1057
6.5.5. Efeito substitutivo.....	1057
6.6. Princípio da voluntariedade, consumação e complementaridade	1058
6.7. Remessa necessária	1059
6.7.1. Introdução	1059
6.7.2. Natureza jurídica	1060
6.7.3. Hipóteses de cabimento	1061
6.7.4. Exclusões legais	1062
6.7.5. Procedimento	1063
6.8. Honorários advocatícios	1063
7. RECURSOS EM ESPÉCIE	1064
7.1. Apelação	1064
7.1.1. Introdução	1064
7.1.2. Os efeitos da apelação	1065
7.1.2.1 Efeito devolutivo.....	1065
7.1.2.1.1. A ampliação da extensão do efeito devolutivo (efeito devolutivo diferido)	1067
7.1.2.2. Efeito translativo	1068
7.1.2.3. Efeito suspensivo.....	1077
7.1.2.3.1. Modulação dos efeitos da apelação.....	1078
7.1.2.3.2. Efeito suspensivo e os capítulos da sentença.....	1079
7.1.3. Processamento da apelação.....	1079

7.1.4. Retratação (o denominado efeito regressivo).....	1083
7.1.5. A proibição do <i>jus novorum</i>	1084
7.2. Agravo de instrumento.....	1085
7.2.1. Introdução e cabimento	1085
7.2.2. Procedimento	1089
7.2.2.1. Peças	1090
7.2.2.2. Sobre o específico requisito de admissibilidade do art. 1.018 do CPC/ 2015.	1091
7.2.2.3. Formas de interposição do agravo de instrumento	1093
7.2.2.4. Poderes do relator no agravo de instrumento	1093
7.2.2.4.1. Introdução	1093
7.2.2.4.2. Atividade do relator	1094
7.2.2.4.3. Posição do agravo quando da prolação de sentença.....	1096
7.3. Do agravo interno.....	1097
7.3.1. Notas introdutórias	1097
7.3.2. Natureza	1098
7.3.3. Agravo regimental?	1098
7.3.4. Procedimento	1099
7.4. Embargos de declaração	1100
7.4.1. Introdução	1100
7.4.2. Cabimento	1101
7.4.3. Processamento.....	1104
7.4.3.1. Os embargos serão endereçados ao próprio prolator da decisão no prazo de cinco dias	1104
7.4.3.2. Não há preparo nem contraditório.....	1106
7.4.3.2.1. Especificamente sobre o efeito modificativo dos embargos (efeito infringente).....	1106
7.4.3.3. O julgamento será realizado em cinco dias.....	1107
7.4.4. Questões processuais.....	1107
7.4.4.1. Efeitos	1107
7.4.4.2. Embargos de declaração de embargos de declaração.....	1110
7.4.4.3. <i>Reformatio in pejus</i>	1111
7.4.4.4. Princípio da complementaridade	1111
7.4.4.5. Multa.....	1112

7.4.4.6. Fungibilidade	1113
7.5. Recurso ordinário constitucional	1114
7.5.1. Introdução	1114
7.5.2. Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal	1115
7.5.3. Recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça	1116
7.5.3.1. Mandado de segurança	1116
7.5.3.2. Causas internacionais	1117
7.5.4. Processamento	1117
7.6. Recursos especial e extraordinário	1119
7.6.1. Definição	1119
7.6.2. Histórico	1120
7.6.3. Funções dos recursos de estrito direito	1120
7.6.3.1. Defesa da norma jurídica	1121
7.6.3.2. Uniformização da jurisprudência	1121
7.6.3.3. Função paradigmática	1122
7.6.4. Hipóteses de cabimento dos recursos extraordinário e especial	1122
7.6.4.1. Recurso especial (art. 105, III, CF)	1123
7.6.4.2. Recurso extraordinário (art. 102, III, CF)	1125
7.6.5. Características	1127
7.6.5.1. Prévio exaurimento das instâncias ordinárias	1127
7.6.5.1.1. Não servem para revisão da matéria de fato	1129
7.6.5.1.2. Repercussão geral no recurso extraordinário	1132
7.6.5.1.2.1. Introdução	1132
7.6.5.1.2.1.1. A função do STF sob a ótica interna	1132
7.6.5.1.2.1.2. Análise externa do STF	1133
7.6.5.1.2.2. Repercussão geral <i>versus</i> arguição de relevância	1134
7.6.5.1.2.3. Localizando a repercussão geral no sistema normativo	1135
7.6.5.1.2.4. Natureza jurídica	1136
7.6.5.1.2.5. Cabimento	1136
7.6.5.1.2.6. Presunção de repercussão	1137
7.6.5.1.2.7. Dimensão subjetiva da repercussão geral	1137
7.6.5.1.2.8. Procedimento	1138
7.6.5.1.3. Prequestionamento	1139
7.6.5.1.3.1. Introdução	1139

7.6.5.1.3.2. Definição	1140
7.6.5.1.3.3. Prequestionamento implícito e explícito.....	1141
7.6.5.1.3.4. Prequestionamento e as matérias de ordem pública (a profundidade do efeito devolutivo na instância especial).....	1143
7.6.5.1.3.5. Os embargos de declaração e a teoria do prequestionamento ficto.....	1144
7.6.6. Processamento.....	1146
7.7. Embargos de divergência	1150
7.7.1. Introdução	1150
7.7.2. Distinção com outras figuras.....	1151
7.7.3. Cabimento	1151
7.7.4. Procedimento	1154
8. ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	1155
8.1. Introdução	1155
8.2. Distribuição	1155
8.3. Atividade do relator	1157
8.4. Fase de julgamento.....	1162
8.5. Conflito de competência	1164
9. RECLAMAÇÃO	1166
9.1. Introdução	1166
9.2. Previsão legal.....	1167
9.3. Natureza jurídica	1167
9.4. Cabimento	1169
9.5. Não cabimento de reclamação	1175
9.6. Legitimidade.....	1176
9.7. Competência	1177
9.8. Medidas concorrentes	1178
9.9. Procedimento	1179
ANEXO I – INCIDENTE DE CONVERSÃO DE AÇÃO INDIVIDUAL EM COLETIVA (VETADO)	1181
1. Introdução	1181
2. Pressupostos.....	1183

3. Procedimento	1184
4. Vedações legais.....	1185
ANEXO II - PARACER N. 1.035/2015, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DO SENADO FEDERAL, SOBRE O PLC N. 168/2015	1187
<i>Referências</i>	1205